

# Sinais crescentes de estagnação econômica

Business Week

13 SET 1996

A economia do Brasil continua crescendo lentamente, aumentando as dúvidas a respeito da capacidade do governo de controlar os gastos.

O Produto Interno Bruto (PIB) real elevou-se no segundo trimestre 2,3% a mais que durante o segundo trimestre do ano passado. A demanda interna liderou a expansão, com a ajuda de uma pequena redução da taxa de juro, embora a política monetária permaneça severa. O crescimento, entretanto, permanece frágil demais para reduzir a alta taxa de desemprego do Brasil. Em junho, as folhas de pagamento das fábricas caíram 4,9% sobre o ano anterior. O governo continua prevendo que o PIB real terminará o ano em alta de quase 4%, mas analistas privados pensam que é mais provável um crescimento em torno de 2,6%.

A desaceleração ajudou a diminuir o déficit comercial. Essa lacuna totalizou US\$ 630 milhões nos sete meses de 1996, bem abaixo dos US\$ 4,3 bilhões para o mesmo período em 1995. As exportações aumentaram 7,6% neste ano e poderiam ter crescido mais sem as greves portuárias em junho e julho. As importações caíram 5,8% em relação a um ano atrás, por causa da moderada demanda interna e porque as exportações do ano passado foram extremamente altas.

Investidores estrangeiros, no entanto, continuam preocupados com os problemas fiscais do Brasil. O déficit do governo foi de 5% do PIB em 1995 e poderá melhorar para apenas 3,6% neste ano. Em 30 de agosto, o governo afirmou que o superávit primário – gastos, excluído o serviço da dívida – aumentará em 1997. Mas a elevação do serviço da dívida significa que o déficit total poderá se aproximar dos 3% do PIB.

## TEMORES SOBRE O REAL

Os grandes déficits orçamentários do Brasil despertaram temores a respeito da estabilidade do real, que atrelado à taxa de câmbio reduziu uma inflação outrora exuberante. Os preços ao consumidor subiram 14,9% no período de doze meses encerrado em julho, cifra bastante inferior aos 929% de 1994. Mas o real poderá sofrer pressões na ausência de reformas mais amplas e rígida disciplina fiscal.

No início de setembro, os congressistas adiaram a aprovação de medidas para cortar o déficit. Assim, pouco progresso será feito para diminuir os empregos públicos ou reformar os planos de pensão do estado. Embora o adiamento agrade a funcionários que enfrentarão eleições em novembro, é outro sinal de que o Brasil ainda precisa colocar os gastos sob controle.